



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000675356

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0016060-44.2012.8.26.0320, da Comarca de Limeira, em que é apelante VIAÇÃO LIMEIRENSE LTDA, é apelado DAVILIM DE PAULA TELES (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U. Declara voto convergente o Revisor.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAMPOS PETRONI (Presidente) e ANA CATARINA STRAUCH.

São Paulo, 13 de setembro de 2016

TERCIO PIRES

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto n. 4871 – 27ª Câmara de Direito Privado

Apelação n. 0016060-44.2012.8.26.0320

Comarca: 1ª Vara Cível de Limeira

Apelante: Viação Limeirense Ltda.

Apelada: Davilim de Paula Teles

Interessada: Nobre Seguradora do Brasil S/A

Juiz de Direito: Alex Ricardo dos Santos Tavares

Apelação cível. Acidente de trânsito. Ação indenizatória por danos materiais e morais. Condutor de caminhão que, em cruzamento de vias, descuidou-se da sinalização de parada obrigatória, invadiu a preferencial e acabou por colidir com motocicleta. Culpa do preposto da requerida, nas modalidades negligência e imperícia, caracterizada. Reparatórias devidas. Dano material comprovado. Prejuízo moral reduzido de R\$ 20.000,00 para R\$ 15.000,00. Litigância de má-fé não verificada. Sentença reformada. Recurso parcialmente provido.

Vistos.

Insurreição apresentada por Viação Limeirense Ltda. em recurso de apelação extraído destes autos de ação indenizatória por danos materiais e morais que lhe move Davilim de Paula Teles; observa reclamar reforma a r. sentença em folhas 157/159 - que assentou a procedência da inaugural; diz do desacerto com que se houve o mm. juiz de direito *a quo* em alicerçar postura numa única testemunha - não presencial; insiste, na esteira, na carência de prova a roborar a culpa de seu preposto; assevera não demonstrada, ainda, a perda total da motocicleta, saltando por isso indevida a reparatória por danos materiais; agita, em derradeiro, ausência de prova

acerca de dano moral indenizável, pedindo, subsidiariamente, a redução da reparatória arbitrada.

Recurso tempestivo e preparado (fls. 189/190), registrada a oferta de contrarrazões (fls. 198/205).

É, em síntese, o necessário.

Centra-se a testilha em conhecer-se da eventual responsabilidade da acionada pelo acidente de trânsito ocorrido em 30 de maio de 2012; a motocicleta conduzida pela autora, ao que se tem, fora abalroada por ônibus de propriedade da requerida, então conduzido por um seu preposto, resultando, do evento, danos materiais e morais cujas reparações nestes se pretende.

A r. sentença guerreada trouxe chancelada a procedência da inaugural nos seguintes termos: "*Deu-se o acidente em cruzamento de veículos. O local era sinalizado com sinalização de PARE para o veículo ônibus. O boletim de ocorrência de folhas 28 indica que o ônibus adentrou inadvertidamente na preferencial, vindo a colidir com a motocicleta. A prova oral foi firme em apontar que o veículo ônibus adentrou na via preferencial, vindo a colidir com o veículo motocicleta. O documento de fls. 152 comprova que a preferência era da motocicleta. Não há prova de excesso de velocidade ou de falta de cautela da autora. Desse modo, fiquei convencido que o causador do acidente foi o veículo da ré. O*

dano material restou incontroverso, vindo o seu valor estampado às fls. 18. O dano moral é evidente, uma vez que os atestados médicos juntados com a petição inicial e o atestado médico de fls. 154 comprovam que a autora sofreu ferimentos. Desse modo, considerando os ferimentos fixo o dano moral em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). A responsabilidade da seguradora é solidária, conforme decisão saneadora de fls. 141. Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré e a seguradora, solidariamente, essa última até o limite da apólice, no pagamento de dano material no valor de R\$ 2.089,51, com atualização monetária desde a data do acidente e juros de mora a contar da citação, e dano moral no valor de R\$ 20.000,00, com atualização monetária a contar da data de hoje, e juros de mora a contar da data do acidente. Condeno as rés no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da condenação, ante o bom trabalho desenvolvido nos autos".

Irresigna-se a suplicada; insiste, de balde, na falta de prova a roborar tanto a sua culpa pela colisão quanto os afirmados prejuízos de ordem material e moral.

O acervo probatório informa dinâmica da qual se extraem, nas modalidades negligência e imprudência, subsídios aptos ao apontamento da culpa do preposto da apelante, e assim porquanto, em cruzamento de vias, ao

descuidar-se da sinalização de parada obrigatória, invadira preferencial e acabara por colidir com a motocicleta pilotada pela recorrida, que, por força do embate, experimentara fratura da mandíbula.

A motocicleta acabou em grandes proporções avariada, consoante ilustram as fotografias acostadas; o bem fora posto à disposição para a realização de perícia, dispensada pelo i. magistrado *a quo por* decismum não impugnado, do que se extrai preclusa a matéria.

Tem-se, com efeito, que os demais elementos estruturantes do conjunto probatório – nota fiscal, relatório médico, boletim de ocorrência e prova oral – bem se prestam a evidenciar tanto a culpa da apelante quanto os danos suportados pela requerente.

Importa agregar, ao reverso do sustentado, a solidez da prova oral em evidenciar a culpa da empresa requerida pelo evento danoso; dela saltou que o motorista do ônibus desrespeitou a sinalização “pare” e invadiu a faixa preferencial, vindo a colidir com a moto pilotada pela suplicante; já o documento em fl. 152 endossa a narrativa dos fatos, ou seja, atesta que a via preferencial era a em que rodava a acionante.

Em reforço, urge notar, o depoimento extrajudicial do próprio preposto da recorrente; nele, de se ver,

admite, implicitamente, sua conduta imprudente; acentuou, com efeito, que *"conduzia a M. Benz/M. Polo de placas DPE-7137, pela rua Capitão Flaminio Ferreira e no cruzamento com a Rua Alferes Franco parou na sinalização de solo e placa 'pare', existente no local, após prosseguiu com seu trajeto, momento em que notou que havia colidido com a motoneta"* (fl. 28).

Ora, o objetivo do comando 'pare' é exatamente compelir o condutor à observância do entorno para, só então, em segurança, seguir trajeto; admitida, por epítrope, a versão fática declinada pelo depoente, e ineficaz emergiu a sinalização, pois, "ao acelerar" e provocar a queda da motociclista ao solo, descuidara das mais mezinhas regras de trânsito.

E por provada a culpa do preposto que conduzia o veículo de propriedade da requerida, caracterizada salta a sua responsabilidade objetiva pelos danos produzidos, a teor do disposto no art. 932, III, do Código Civil, e, daí, o dever de indenizar.

Na direção do expendido julgados desta c.
Corte:

*"ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE
INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS.
AUSÊNCIA DE CAUTELA DAQUELE QUE NÃO*

OBSERVA SINALIZAÇÃO DE PARADA OBRIGATÓRIA EM CRUZAMENTO. MANOBRA QUE INTERCEPTA A TRAJETÓRIA DE MOTOCICLETA QUE SEGUE PELA VIA PREFERENCIAL. CULPA. COMPROVAÇÃO. TESTEMUNHA. INFORMAÇÕES INVEROSSÍMEIS CONSIDERANDO A DINÂMICA DO ACIDENTE. DANOS MATERIAIS. ORÇAMENTO. IDONEIDADE NÃO ELIDIDA POR PROVAS. MERA IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. PREJUÍZOS DEMONSTRADOS. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 20, §4.º, DO CPC/73. MÁ-FÉ DA RECORRENTE NÃO CONFIGURADA. MERO INCONFORMISMO. Havendo no local do acidente sinalização de parada obrigatória, age com culpa o motorista que deixa de obedecê-la e prossegue na marcha, dando causa ao acidente. Aquele que pratica ato ilícito deve ressarcir a totalidade dos prejuízos que causou a terceiro (CC, art. 927, caput). É aceitável como prova dos danos ocasionados à motocicleta o orçamento desacompanhado de nota fiscal que relaciona troca de peças correlatas ao acidente, cuja veracidade não é elidida por mera impugnação genérica. Na hipótese de haver condenação em pequeno valor, os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser arbitrados de acordo com o §4.º do art. 20 do CPC/73. Não age de má-fé quem interpõe recurso por inconformismo com o resultado do julgado. Recurso desprovido." (35ª Câmara de Direito

médicos e incapacidade laboral, ainda que temporária, tudo a demonstrar a contundência do prejuízo imaterial, obviamente indenizável.

Razoável, sublinhadas as circunstâncias, à atenuação da lesão experimentada pela autora, de um lado, e inibitória à prática de atos do jaez pelo suplicado, de outro, a fixação da indenizatória em título de danos morais no importe de R\$ 15.000,00, com correção monetária e juros de mora à razão de 1% ao mês contados da presente sessão de julgamento, volume que melhor abriga o quanto do episódio em nível de prejuízo emergiu, reduzida, assim, a imposta em primeiro grau – R\$20.000,00.

Inexistiu, por fim, litigância de má-fé; não se vislumbra na conduta da recorrente, com efeito, quaisquer das hipóteses elencadas no art. 17 do Código de Processo Civil de 1973 – art. 80 do NCPC – a ensejar a aplicação de multa, anotado que a apelante, em prol de quem se presume boa-fé, apenas se utilizou dos meios processuais inerentes ao exercício do contraditório e ampla defesa, não evidenciando abuso no direito de se defender.

Dá-se, nesses termos, pelo meu voto, parcial provimento ao recurso da acionada, e assim para fixar-se, em redução, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em título de reparatória por danos morais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TÉRCIO PIRES

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE LIMEIRA

APTE.: VIAÇÃO LIMEIRENSE LTDA. - (ré)

APDA.: DAVILIM DE PAULA TELES - (autora)

INTERSDA.: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A - (denunciada)

JUIZ DR. ALEX RICARDO DOS SANTOS TAVARES

VOTO CONVERGENTE Nº 30.771

Reparação de danos morais e materiais. Acidente envolvendo motocicleta da autora e ônibus da Viação ré. Culpa do motorista da requerida indicada, já que não atentou para o sinal de "PARE" na via, avançando na preferencial e atingindo a demandante. R. sentença de procedência, com apelo só da Viação requerida. Acidente grave, constando que a demandante teria fraturado a mandíbula. Pelo meu voto, também dou parcial provimento ao recurso, mantendo a r. sentença vergastada, no essencial, mas com a redução para R\$ 15.000,00.

Adoto o relatório do voto nº 4.871, de Relatoria do Exmo. Des. Tércio Pires, pois entendo que a sentença deu correta solução à lide, devendo, portanto, ser mantida no essencial.

O sinistro foi grave e a culpa do condutor do ônibus foi reconhecida pelo Relator, de modo que deve indenizar a autora pelos danos morais sofridos (fratura da mandíbula).

Aliás, não há que se considerar somente a lesão em si, mas também as algias, que possivelmente perduram até o momento.

Assim, pelo meu voto mantenho o posicionamento adotado pelo MM. Juiz, que, por estar mais perto da causa pode melhor *sentir*, mas com a redução para R\$ 15.000,00.

Parcial provimento.

CAMPOS PETRONI

Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original que
recebeu as seguintes assinaturas digitais:

Pg. inicial	Pg. final	Categoria	Nome do assinante	Confirmação
1	10	Acórdãos Eletrônicos	TERCIO PIRES	430383C
11	11	Declarações de Votos	PAULO MIGUEL DE CAMPOS PETRONI	436191F

Para conferir o original acesse o site:

<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informando o processo 0016060-44.2012.8.26.0320 e o código de confirmação da tabela acima.